



EXPEDIENTE Data: ____/____/2023	DECISÃO PLENÁRIA - Data: ____/____/2023		
	() PEDIDO DE VISTA () PEDIDO DE RETIRADA	() APROVADO () REPROVADO	Visto Secretário: _____

PROJETO DE LEI Nº 014/2023

Dispõe sobre a publicação, na página oficial da Prefeitura Municipal de Diamantino, da lista de espera dos usuários que aguardam por consultas (discriminadas por especialidade), exames, intervenções cirúrgicas e outros procedimentos nos estabelecimentos da rede pública de saúde do Município.

A CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que ela aprovou e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica estabelecido a Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária do Município de Diamantino, publicar e atualizar no site oficial da Prefeitura Municipal de Diamantino, a lista de espera atualizada dos pacientes que aguardam consultas (discriminadas por especialidade), exames, intervenções cirúrgicas e quaisquer outros procedimentos na sua área de gestão.

Parágrafo único - As listagens disponibilizadas devem ser específicas para cada modalidade de consulta (discriminada por especialidade), exame, intervenção cirúrgica ou procedimentos e abranger todos os pacientes inscritos em quaisquer das unidades da rede municipal de saúde, incluindo as unidades conveniadas e outros prestadores que recebam recursos públicos.

Art. 2º. A divulgação das informações de que trata esta Lei, deve observar o direito à privacidade do paciente, que poderá ser identificado pelo número do Cartão Nacional de Saúde (CNS).

Art. 3º. A lista de espera que trata esta Lei, deve ser disponibilizada pela Secretaria Municipal de Saúde, que deverá seguir a ordem de inscrição para a chamada dos pacientes, salvo nos procedimentos emergenciais, reconhecidos como tal.



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”

Art. 4º. As listas de espera divulgadas devem conter:

- I** - O nome completo abreviado, contendo a primeira letra de cada nome do paciente e do responsável, caso exista;
- II** - A data de solicitação da consulta (discriminada por especialidade), do exame, das intervenções cirúrgicas ou de outros procedimentos;
- III** - Aposição que o paciente ocupa na fila de espera;
- IV** - A estimativa de prazo para o atendimento solicitado;
- V** - A relação dos pacientes já atendidos, por meio da divulgação do número do Cartão Nacional de Saúde (CNS);
- VI** - A especificação do tipo de consulta (discriminada por especialidade), exame, intervenção cirúrgica ou outros procedimentos;


Art. 5º. Aplica-se, no que couber, a Lei Estadual Nº 11.619, de 13 de dezembro de 2021.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Plenário Juvenal Benedito Soares, 31 de maio de 2023.


Ver. Adriano Soares Correa – PSB


Verª. Michele Cristina Carrasco Mauriz - União


Ver. Diocelino Antunes Pruciano – PDT



JUSTIFICATIVA

Nobres Pares, o Projeto de Lei ora apresentado, visa aprimorar informações e viabilizar a lista de espera e atendimento on-line, dando maior transparência às ações da Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária.

Esse Projeto de Lei já é uma realidade muito bem sucedida no Estado de Santa Catarina, onde o Governo Estadual lançou o site <https://listadeespera.saude.sc.gov.br/>, acreditamos que nosso município pode perfeitamente adotar esse sistema de trazer a pública essas informações.

A lista on-line propicia que cidadãos e órgãos de controle fiscalizem tanto a eficiência do Poder Público Municipal em sua política de saúde junto à população, como também proporciona ao usuário da Rede Municipal de Saúde, o acompanhamento em tempo real de sua evolução na lista de espera, impossibilitando inclusive a que alguém fure a fila, por meio de intervenção política.

O presente Projeto de Lei está amparado nos princípios constitucionais da publicidade, impessoalidade e eficiência (caput do art. 37 da Constituição Federal).

Por todo o exposto, espera os autores a tramitação regimental e apoio dos nobres colegas na aprovação da proposição em questão, que atende aos pressupostos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Entendemos que a saúde é direito universal e que a transparência pública é princípio constitucional é que pedimos o apoio dos nobres Vereadores, para que analisem o presente Projeto de Lei e votem favoravelmente a sua aprovação.

Plenário Juvenal Benedito Soares, 31 de maio de 2023


Ver. Adriano Soares Correa – PSB


Ver^a. Michele Cristina Carrasco Mauriz - União


Ver. Diocelino Antunes Pruciano – PDT